

mendo além da razão mínima do mês, corre o risco de, no final do período, ao perder o emprego, deixar com o patrão, para cobrir conta, alguns bens de uso pessoal, como cama, mesa, cadeira, rádio e relógio.

A aproximação do final da colheita de algodão, deste ano, ameaça atirar na rua da amargura centenas de diaristas. É que os contratos da maioria dos arrendamentos vencem no final de junho. Alguns arrendatários, com o bom resultado das colheitas, compraram máquinas e vão mecanizar os novos arrendamentos, cada vez mais escassos, outros, simplesmente, não encontram terras para arrendar nas redondezas e, da mesma forma, dispensam seus agregados.

E o que farão estes desempregados no campo? Esta pergunta responde ao imprevisível do desespero de milhares de camponeses de Naviraí, Mato Grosso do Sul e do Brasil. A cidade não mais atrai o homem da roça, desencantado com a violência e a miséria urbana. Restam algumas escassas alternativas: uma delas é esperar, com justificável desconfiança, uma ação dos políticos; a outra, que preocupa os políticos apenas quando acontece, é o acampamento numa praça pública, para pressionar solução; e a terceira, em nitidas feições de confrontação às leis penais e civis vigentes, mas perfeitamente cabíveis nestes casos, é a ocupação, organizada ou não, de áreas públicas ou latifúndios abandonados. A experiência da ocupação tende à rotina, caso o poder público não se aperceba da gravidade do problema e decida enfrentá-lo com destemor político. O governo tem poderes legais para desapropriar e o compromisso de fixar definitivamente o trabalhador na terra.

O Governo — espero que o atual não pague para ver — conhece a questão e não terá motivo para nenhuma surpresa, se amanhã perder o controle da situação e tiver que recorrer à violência policial, como comumente ocorre, contra os camponeses que optarem pelo direito natural de reação contra a fome.

Deixo claro neste pronunciamento à Nação que, com os trabalhadores esgotarmos — e há limite para isso — todos os argumentos junto ao Ministério de Assuntos Fundiários, Governo do Estado e INCRA; na busca de uma saída harmônica e sem maiores traumas, para este e outros casos semelhantes, no entanto permanecerem com os trabalhadores, como sempre estive, casos estes tenham que buscar a sua própria saída.

O SR. PAULO ZARZUR (PMDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, está tramitando no Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar nº 218/84, que no Senado tomou o nº PLC 95/84, de autoria do nobre Senador Henrique Santillo, do PMDB de Goiás, que altera de 4% para 6% o percentual permitido para despesas com subsídios dos Vereadores Municipais de todo o Brasil, em relação ao montante da receita efetivamente realizada em cada Município, no exercício imediatamente anterior.

A proposição visa modificar o que determina a Lei Complementar nº 45, de 14 de dezembro de 1983, observados os dispositivos da Lei Complementar nº 25, de 2 de julho de 1975, e os da Lei Complementar nº 38, de 13 de novembro de 1979.

A Lei Complementar em exame, Srs. Parlamentares, foi totalmente vetada pelo ex-Presidente João Figueiredo em 11 de dezembro próximo passado, motivo pelo qual está agora sendo examinada por uma Comissão Mista, instalada a 13 deste mês de março, e que teve sua primeira reunião nessa data, presidida pelo eminente Deputado Brabo de Carvalho, do PMDB do Pará. Referida Comissão dará seu parecer sobre se deve ou não o Congresso Nacional acatar o veto presidencial.

Recebi do nobre Vereador Nelson Martinelli, ilustre Presidente da Câmara Municipal de Cajamar, no Estado de São Paulo, ofício GP Especial, pelo qual me solicita S. Ex.ª que rejeite o veto presidencial, argumentando, entre outros arrazoados, que, "o Vereador é aquele político que está em contato direto com as comunidades e que é

constantemente procurado para resolver os mais diversos problemas, mormente os financeiros, e outros que hoje tanto afligem o povo brasileiro. Assim, nada mais justo que os mesmos percebam subsídios à altura das despesas que acarreta o mandato popular outorgado por suas comunas".

Concordo plenamente com as razões expostas por aquele Parlamentar municipal, Sr. Presidente, e acrescento que a edilidade municipal, hoje, como sempre, desde que as comunas se organizaram politicamente no Brasil, é o ponto de partida e o ponto de apoio de toda a organização política nacional, e os Vereadores Municipais são a alavanca inicial de toda a vida política do País. Não é justo que, à vista da crescente dificuldade, de âmbito nacional, com a manipulação do dinheiro, em todos os níveis, os subsídios dos Vereadores continuem achados na relação de apenas 4% do total da receita efetivamente realizada em cada comunidade do exercício imediatamente anterior. O aumento para 6%, embora pequeno, ajudará os Vereadores a cumprirmos com mais dignidade o importante mandato de primeiros representantes políticos do cidadão.

Dirijó, pois, apelo, a todos os Parlamentares, para que derrubemos o veto presidencial aposto à Lei Complementar nº 218/84, esperando desde já que a própria Comissão Mista já referida nos facilite essa tarefa necessária.

Era o que tinha a dizer.

O SR. ORESTES MUNIZ (PMDB — RO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Estado de Rondônia cresce e se desenvolve com o esforço dos trabalhadores que se empenham nas matas e vão desbravando o sertão, fazendo nascer vilarejos, cidades, patrimônios e produzindo riquezas para o nosso País.

Ocorre, entretanto, que esses trabalhadores muitas vezes têm seus sonhos destruídos, visto que o poder público, até o momento, não tem acompanhado o esforço e o denodo de toda aquela população.

É a situação se agrava ainda mais quando os trabalhadores são atacados pela malária e outras doenças tropicais. E não possuindo recursos para um tratamento adequado, ficam até mesmo desesperados.

Outro fator que impede o aumento da produção no Estado de Rondônia é a ausência de estradas vicinais que possam ser transitadas a ano inteiro.

Um dos exemplos mais gritantes da ausência de estradas é o caso da cidade de Alvorada D'Oeste, que nasceu do trabalho e pioneirismo de muitos homens corajosos, que está em franco desenvolvimento, mas hoje se vê isolada do resto do Estado, visto que as condições de tráfego na estrada que liga Alvorada D'Oeste à BR-364 está em péssimo estado de conservação e o escoamento da produção é quase impossível.

É de se observar que a estrada que liga Alvorada D'Oeste à BR-364 é federal e está em péssimas condições de tráfego. O que estará ocorrendo, então, com as estradas vicinais que escoam a produção agrícola? As estradas vicinais estão praticamente interditadas pelo efeito das chuvas.

Os agricultores não têm como escoar suas produções e com isto passam necessidade de toda espécie, ficando, mais uma vez, em situação desesperadora.

Mas temos esperança de que, num curto espaço de tempo, se tire o Coronel-Governador de Rondônia, e em seu lugar seja colocado um homem capaz de iniciar um processo de melhoria de condições e de apoio aos trabalhadores do meu Estado de Rondônia.

O Sr. Luiz Henrique — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Leir Lomanto) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. LUIZ HENRIQUE (PMDB — SC. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Co-

missão instituída pelo Governo e pelas Lideranças governistas no Congresso com o objetivo de promover uma análise dos entulhos autoritários que têm maculado, ao longo dos últimos 20 anos, o processo político brasileiro, acaba de completar seu trabalho e de encaminhar às Lideranças do Governo uma proposta de emenda constitucional.

Esta Comissão, cujo relator foi um eminente jurista desta Casa, o Deputado João Gilberto, concluiu pela eliminação dos obstáculos à democratização que ainda existem no texto constitucional. Seu trabalho, por certo, haverá de ter como resultado a eliminação desses onusismos presentes na legislação ordinária.

Temos, este ano, Sr. Presidente — e o PMDB não admite tergiversação sobre este assunto — eleições nas capitais dos Estados; teremos, este ano, a devolução da autonomia política das capitais; teremos, este ano, Sr. Presidente, a 15 de novembro, a devolução da autonomia aos municípios considerados áreas de segurança nacional, às estâncias hidrominerais e também aos municípios localizados nos Territórios Federais. As eleições diretas, este ano, nas capitais, nas áreas de segurança nacional, nas estâncias hidrominerais, que ainda não recuperaram sua autonomia, bem como nos municípios dos Territórios Federais, constituem, efetivamente, um importante avanço institucional, como também o é a anunciada convocação, pelo Presidente da República, da Assembleia Nacional Constituinte para 15 de novembro de 1985, coincidindo com a renovação dos membros desta Casa e de dois terços do Senado Federal.

A Assembleia Nacional Constituinte é o caminho seguro, e o meio inofensivo para se reordenarem as instituições jurídico-políticas da Nação.

A Assembleia Nacional Constituinte vai decidir que modelo, que sistema, que instituições terá o Brasil contempladas na Carta, que haverá de nascer do debate democrático dessa magna Assembleia. Mas a Comissão decidiu também conceder o voto aos soldados e cabos das Polícias Militares, até hoje impedidos do exercício de votar e serem votados. Decidiu iniciar o processo de plena autonomia política do Distrito Federal, elegendo oito senadores e três deputados federais. Decidiu pela livre criação dos partidos, pela livre organização partidária, que permitirá à sociedade brasileira se organizar politicamente em todos os seus segmentos, em todas as suas tendências ideológicas, o que possibilitará a legalidade partidária das mais antigas siglas existentes no País: os partidos comunistas.

Também, Sr. Presidente, a futura Emenda Constitucional irá propiciar o fim da fidelidade partidária, sanha-de-força que impediu a livre organização dos partidos, assim como o fim do voto distrital, que, no futuro pleito, representaria um obstáculo à constituição de uma Assembleia Nacional Constituinte livre e soberana.

Como se vê, Sr. Presidente, a Nação avança institucionalmente, e o Governo da Aliança Democrática, recém-instituído, cumpre a determinação do Presidente Tancredo Neves — declarada em praça pública — de promover a mais ampla democratização das instituições nacionais. Mas não ficará aí, Sr. Presidente. Não ficará simplesmente com a instituição do voto do analfabeto, também decidido pela Comissão. Da própria lei ordinária serão removidos os obstáculos que impedem a livre manifestação do cidadão brasileiro, ou seja, que impedem que os pleitos reflitam, com a máxima autenticidade, o desejo da população deste País.

Haverá que ter fim a sublegenda, que permitiu um canhestro pluripartidarismo, dentro de um artificial bipartidarismo, para garantir a perpetuidade daqueles que tomaram o Poder pela força em 1964.

Haverá de ter decretado o seu fim a fidelidade partidária, assim como a sublegenda, que contribuíram no sentido de manter esse bipartidarismo canhestro e falso.

Haverá, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de pôr fim à Lei Faleão, a lei da mordça, que retirou do rádio e da televisão o papel de grande universidade de politização

deste País, que impediu o debate e que perpetuou o silêncio. Os meios de comunicação, num País continental como o Brasil, são essenciais para o verdadeiro debate democrático e para a lisura de qualquer pleito. Removida a Lei Falcão, novamente se haverá de instituir a plena liberdade de debate através do rádio e da televisão.

Por fim, Sr. Presidente e Srs. Deputados, haverá de ser suprimido o voto vinculado, que atinou como camisa-de-força nas últimas eleições não para instituir o voto no partido, o que é essencial nas democracias evoluídas, mas para fazer da municipalização dos pleitos a garantia da manutenção de privilégios oligárquicos e submeter as eleições ao comando do poder econômico.

O PMDB, Sr. Presidente e Srs. Deputados, traz a esta Casa essas notícias avulsas e deixa claro e patente que por esses princípios haverá de lutar pela realização de eleições diretas, este ano, nas Capitais, pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte, pelo fim da fidelidade partidária, da sublegenda, da Lei Falcão, do voto vinculado e do voto distrital, pelo estabelecimento do voto do analfabeto e do voto dos soldados e cabos das PM, pela liberdade absoluta de organização partidária e pela presença do Distrito Federal no cenário eleitoral do País.

Haverá de lutar por esses princípios, haverá de lutar, ainda, pelo recadastramento dos eleitores do Brasil, que permitirá maior lisura nos pleitos. Haverá de lutar, enfim, para que a eleição surja efetivamente como processo de consulta autêntica à vontade nacional.

O Sr. Sérgio Lomba — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação. Como Líder do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. SÉRGIO LOMBA (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero registrar aqui que o PDT viu com satisfação que, entre as emendas a serem apresentadas pela Comissão Mista constituída para remover o entulho autoritário, estava a que dispunha sobre o direito dos eleitores de Brasília de escolherem oito deputados federais e três senadores.

No entanto, nós, que estamos ouvindo o povo, sabemos que Brasília não quer apenas eleger deputados federais e senadores. Quer eleger — e tem direito para tal — deputados federais, senadores, vereadores e o seu governador.

Penso que a Aliança Democrática está numa situação delicada quando não aceita esse fato, o que equivale dizer que o cidadão brasileiro não tem legitimidade para escolher seu próprio Governador ou para ter uma Câmara de Vereadores, que deverá atuar como o Poder Legislativo em relação aos problemas de sua cidade. Brasília, hoje, como mais de um milhão de eleitores, interpretando o anseio de sua população, luta pelo direito de eleger Deputados Federais, Senadores, o Governador e uma Câmara de Vereadores.

Esperamos, nós, do PDT, que a Aliança Democrática possa atender aos anseios definidos pela população brasileira e trazer uma Emenda Constitucional que permita ao povo de Brasília não só escolher seu Governador, mas também eleger uma Câmara de Vereadores.

Sr. Presidente, o outro ponto que pretendo abordar é a nossa preocupação com a questão econômica nacional, no presente momento. Estamos informados de que está havendo saques muito grandes nas Cadernetas de Poupança, o que, certamente, indica que a economia não vai bem. Entendemos que o Governo está, no seu início, enfrentando dificuldades, mas os problemas econômicos precisam ter um atendimento superprioritário, em que se coloque de lado as demais questões, porque o povo brasileiro, que foi às ruas pedindo mudanças, já queria que estas, ocorressem principalmente na área econômica. Este nosso povo, massacrado durante vinte e um anos, está hoje esperanoso. É preciso — já falei aqui e repito que o Governo da Aliança Democrática apresente,

imediatamente, planos que, na realidade, a curto prazo possam modificar esta situação. Não aceitamos que se diga que não existe esta possibilidade. Sabemos muito bem que existem possibilidades, quando assim o desejarem os governantes. Estamos esperando que a Aliança Democrática apresente, o mais rapidamente possível, planos de solução para o gritante problema econômico que aflige mais de 80% da população brasileira.

Era esta a nossa Comunicação de Liderança.

O Sr. Celso Barros — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. CELSO BARROS (PFL — PI. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, em virtude do agravamento do estado de saúde do Presidente Tancredo Neves, que no seu leito de dor vem dando à Nação brasileira grande exemplo de resignação e paciência, foi cancelada a viagem que o Sr. Presidente da República José Sarney deveria realizar esta manhã, ao Ceará, Piauí e Maranhão, para examinar in loco a calamitosa situação decorrente das enchentes, que trazem maior soma de sofrimentos às populações daqueles Estados.

A cada dia se torna mais dramática a situação dos nordestinos, principalmente nos referidos Estados, onde se contam aos milhares as pessoas desabrigadas e famintas. Tal fato causa aos Governadores daquela área grandes preocupações, que os fazem lançar dramáticos apelos ao Governo Federal no sentido de urgentemente socorrer aquele povo, mais uma vez abalado e sofrido com a miséria que sobre ele se abate.

É lamentável que o estado de saúde do Sr. Presidente Tancredo Neves não permita que o Presidente em exercício visite a região, hoje, em companhia de alguns parlamentares e de Ministros ligados à problemática nordestina. Lamentamos que S. Ex.^a não tenha podido prestar sua assistência pessoal ou levar sua solidariedade ao sofrido povo do Ceará, Piauí e do Maranhão. Quanto ao meu Estado, o Piauí, o Governador Hugo Napoleão tem dedicado toda sua atenção e todo o seu esforço em benefício das populações assoladas pelas enchentes, percorrendo os Municípios inundados e fazendo o que é possível para minorar o sofrimento daquela gente.

Por outro lado, o Sr. Governador está vivamente preocupado quanto ao suporte que vem dando ao Partido da Frente Liberal, de tal forma que já providenciou instalações provisórias para a agremiação, ali, embora não tenha podido contar, como era de seu desejo, na sua inauguração, com a presença de líderes nacionais, os quais, pelo mesmos motivos já expostos, não puderam na época própria comparecer ao Estado.

Ao registrar este fato, estou certo de que o Partido da Frente Liberal está solidário com a população do Nordeste, com o sofrimento daquele povo e de que está enviando esforços no sentido de apelar para o Governo, a fim de que socorra, o mais breve possível e com verbas maiores, as populações daqueles Estados.

O Sr. Assis Canuto — Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação, como Líder do PDS.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto) — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. ASSIS CANUTO (PDS — RO. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, a Comissão Executiva Nacional do PDS esteve reunida, no dia de ontem, para apreciar vários assuntos de interesse da atualidade política nacional. Entre esses assuntos resolveu, a Comissão Executiva Nacional, fixar, para o próximo dia 14, as convenções municipais para a renovação dos diretórios municipais do PDS na maioria dos Estados brasileiros. Esta medida, em boa hora adotada pela Comissão Executiva Nacional do PDS, embora tivesse sido aprovada e promulgada a lei, facultando a prorrogação dos mandatos

dos diretórios nacionais para o prazo de até um ano, vem ao encontro dos anseios das bases partidárias do nosso País, já que pretendemos nossos próceres, a nível municipal, promover, radicalmente, uma renovação dos seus quadros para, enriquecidos e oxigenados por novas e emergentes lideranças, continuarem ocupando de fato o espaço político que é reservado ao PDS, como um dos maiores partidos políticos do Brasil. Ao registrar esta decisão, queremos congratular-nos com a Comissão Executiva Nacional do PDS, por esta decisão que, realmente, vem ao encontro dos anseios das nossas bases partidárias. E, naquela reunião, também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o PDS, através de sua Comissão Executiva Nacional, marcou posição com relação a outros assuntos não menos importantes. Assim é que protestou contra os votos presidenciais ao projeto de criação do Estado do Tocantins, votado e aprovado nesta Casa e no Senado Federal por maioria absoluta, e contra o voto com relação ao reajuste dos vencimentos dos vereadores. Sabem bem V. Ex.^{as} que reside no vereador a base político-partidária que funciona como embrião político. O vereador, hoje, muito diferente do que ocorria nos anos passados, desempenha um papel de verdadeiro despachante do povo. Executam na plenitude o seu mandato e correspondem aos anseios daqueles que nele confiamos. Precisam por isso, realmente, ser remunerados à altura, para que possam dedicar tempo para defender os interesses da comunidade que representam.

Outro aspecto mereceu um reparo da Comissão Executiva Nacional do PDS com relação às eleições diretas para prefeitos das Capitais. O PDS não abre mão da luta pela realização das eleições diretas para prefeitos das capitais ainda este ano, e hoje já se notam nitidamente, um franco recuo das Lideranças da Aliança Democrática Nacional com relação a este projeto. O PDS marcou posição através da sua Executiva Nacional, e nós, componentes da bancada do PDS, eventualmente ocupando a Liderança do partido, queremos conchamar todos os companheiros desta Casa que, realmente, forcemos a realização das eleições diretas para prefeitos das capitais, das estações hidrotermais e de outras áreas de segurança nacional.

Por tanto, fica feito o registro em nome da nossa Liderança, Sr. Presidente.

V — O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto) — Passa-se ao Grande Expediente.

Tem a palavra o Sr. Siqueira Campos. Sua Ex.^a dispõe de 30 minutos na tribuna.

O SR. SIQUEIRA CAMPOS PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

Durante o discurso do Sr. Siqueira Campos, o Sr. Leur Lomanto, 2.^o Secretário deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Ribamar Machado, Suplente de Secretário.

Durante o discurso do Sr. Siqueira Campos o Sr. José Ribamar Machado, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Epitácio Cafeteira, 3.^o Secretário.

O SR. PRESIDENTE — (Epitácio Cafeteira) — Tem a palavra o Sr. Leorne Belém

O SR. LEORNE BELÉM (PDS — CE. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Deputado Ulysses Guimarães, a Casa toda está querendo ouvir V. Ex.^a

O SR. PRESIDENTE (Ulysses Guimarães) — A Casa toda está querendo ouvir V. Ex.^a, cuja palavra é mais importante do que a minha.

O SR. LEORNE BELÉM — Ao contrário, Sr. Presidente, a Casa aguarda com ansiedade a sua palavra. Naturalmente, não constituiria qualquer constrangimento